



Presidência da República

Gabinete da Presidência da República

Certificação Digital

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Gestão da Política de Comunicação de Governo

Gestão das Políticas de Governo

Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Inteligência Federal

Nacional de Juventude

Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas

Promoção da Ética Pública

Advocacia-Geral da União

Defesa Jurídica da União

Controladoria-Geral da União

Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais

Correição no Poder Executivo Federal

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, a Presidência da República (PR) era composta por diversos órgãos que executaram programas integrantes do Plano Plurianual: o Gabinete da Presidência da República, a Advocacia Geral da União (AGU) e a Controladoria Geral da União (CGU).

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

No Gabinete da Presidência da República são considerados os programas implementados no âmbito da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), onde se encontra a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad). Do total previsto para o Gabinete da Presidência¹ foi utilizado R\$ 1,2 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 1.469.792.273,00	Realizado orçamentário²:	R\$ 1.206.500.075,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 1.469.792.273,00	Total realizado:	R\$ 1.206.500.075,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 71,9 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 56,5 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Casa Civil

- Realização pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) da captação de imagens e do mapeamento de estradas, da cobertura vegetal, do desmatamento e das atividades antrópicas, de maneira a contribuir para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento e organização da ação de governo na área de abrangência da BR 163, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a BR-163, elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional.

¹ O total de recursos apresentado corresponde ao montante destinado aos Gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência da República.

² A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social.

- Avanço na busca pela regionalização da mídia: emissoras de 1.526 Municípios receberam investimentos da Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral (SECOM) neste ano, contra 1.497 no ano anterior. Em 2005, foram beneficiados 773 Municípios e 428 jornais. O Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal SICOM utilizou, em média 4.620 veículos de comunicação, alcançando 1.040 Municípios.
- Na comunicação via Internet, ressalta-se o lançamento da nova versão do Portal do Governo Brasileiro (www.brasil.gov.br), que apresenta os principais serviços eletrônicos do governo catalogados e estruturados, com versões em inglês e espanhol. Além disso, apresenta enquetes, fóruns e uma área de participação social, que proporcionam maior interação com o cidadão e promovem maior diálogo com a sociedade.
- Foi implantado o recurso técnico da Legenda Oculta, em tempo real, em cerca de 20% da programação da TVE Brasil. É a primeira televisão educativa a prestar serviço aos deficientes auditivos – cerca de 28 milhões de telespectadores, no país, são usuários dessas legendas.

Secretaria-Geral da Presidência

- Em março de 2005, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) como projeto experimental com validade nacional, o que garante a emissão de certificação final de ensino fundamental e de curso de qualificação profissional em nível de formação inicial.
- Foram entregues aos jovens matriculados no programa, bem como aos educadores e aos coordenadores locais dos Municípios e do Distrito Federal, mais de 1.187.000 exemplares de material didático; e foram adquiridos 19.615 computadores a serem entregues até 2006, 19.615 estabilizadores, 2.154 impressoras a laser e 2.154 switches, visando à inclusão digital dos jovens matriculados.

Gabinete de Segurança Institucional

- Produção, pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) de 597 relatórios de inteligência, 1.913 certidões de dados pessoais, 9.194 pesquisas diversas, entre as quais 3.458 destinadas, especificamente, a subsidiar a Casa Civil da Presidência da República e 1.074 informações para outros serviços de inteligência.
- Regularização do Contencioso de Bens e Valores na Área de Combate às Drogas: no ano de 2005 foram analisados 9.908 processos-crime envolvendo tráfico ilícito de drogas e crimes conexos, com vistas à identificação de bens e valores passíveis de serem apropriados ao Fundo Nacional Antidrogas. Deste total, 1.626 processos foram autuados na Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), sendo o restante, continuação de anos anteriores. Essas regularizações capitalizaram o Fundo Nacional Antidrogas (Funad) em R\$ 4.098.831,32, o que permitiu a execução das demais ações do programa.
- Prosseguimento do II Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Consumo de Drogas lícitas e ilícitas na População Brasileira. Este estudo está sendo feito nas 107 cidades com mais de 200 mil habitantes em todas as regiões do país.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Do total previsto para a Advocacia Geral da União foi utilizado R\$ 856,8 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 1.055.289.590,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 856.819.135,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 1.055.289.590,00	Total realizado:	R\$ 856.819.135,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 32 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 14,8 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Impugnações e refazimento dos cálculos judiciais apresentados contra a União, o que tem contribuído para gerar sensível economia para os cofres públicos; em 2005, dos R\$ 8,25 bilhões apresentados contra a União foram impugnados R\$ 3,79 bilhões, o que representa 45,97% do total executado. No que se refere a Dívida Ativa da União, a arrecadação de 2005 atingiu R\$ 2,62 bilhões.
- No que se refere à arrecadação judicial, merece destaque o desempenho do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGF, responsável pela cobrança judicial de contribuições previdenciárias, que arrecadou cerca de R\$ 4,9 bilhões, sendo R\$ 1,169 bilhão perante a Justiça do Trabalho, R\$ 2,536 bilhões referentes a execuções fiscais e R\$ 1,197 bilhão em depósitos judiciais. Este valor foi 34% superior ao resultado obtido em 2004, superando a meta de incremento de 24% prevista para o período. Destaque-se ainda que apenas a título de honorários advocatícios foram recebidos R\$ 67,3 milhões.

³ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

Do total previsto para o Controladoria Geral da União foi utilizado R\$ 183,7 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 234.787.854,00	Realizado orçamentário⁴:	R\$ 183.716.185,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 234.787.854,00	Total realizado:	R\$ 183.716.185,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 10,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 8,6 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 5 sorteios de Municípios (do 15º ao 19º Sorteio) para a fiscalização de recursos federais em áreas municipais, oportunidades em que foram sorteadas e fiscalizadas 300 unidades Municipais, envolvendo o exame de programas e ações de governo (programações/módulos-tipo), o que representa cerca de R\$ 1,5 bilhões em recursos públicos federais. Essas fiscalizações envolveram uma população total de 6,9 milhões de habitantes, o que representa algo em torno de 3,8% da população do país.
- No desempenho da apuração de fatos e indicação de normas e regulamentos infringidos, a Secretaria Federal de Controle Interno - SFC auditou, no exercício de 2005, 1.938 processos de Tomadas de Contas Especiais, sendo 1.632 certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 448,5 milhões, enquanto os restantes 306 processos foram diligenciados aos órgãos instauradores para revisão dos procedimentos adotados e ou complementação de dados e informações. Nesse mesmo período foram concluídas 250 diligências originárias do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, das Procuradorias Estaduais e da Polícia Federal.

ASPECTOS RELEVANTES

No Gabinete da Presidência, o monitoramento da execução das ações do programa "Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas" foi realizado tendo como base o Plano Gerencial do Programa e, periodicamente, a Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) do Gabinete de Segurança Institucional reuniu-se para verificação e monitoramento do plano. Por outro lado, mensalmente, no âmbito de cada ação, os respectivos coordenadores efetuaram os registros de atualização de sua execução.

⁴ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social.

Ainda no âmbito do Gabinete, como boa prática de gestão, o programa “Gestão da Política de Comunicação de Governo” apresentou o processo centralizado de negociação de mídia do Governo Federal. Essa prática acontece anualmente desde 2003 e garante a melhor aplicação dos recursos públicos na compra de mídia.

A Controladoria Geral da União vem intensificando a realização de parcerias com a Organização Não-Governamental Transparência Brasil, associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada à promoção da defesa do interesse público, por meio do combate à corrupção. Dentre elas, destaca-se a realização, em junho de 2005, do “IV Fórum Global de Combate à Corrupção”, sediado em Brasília, que ainda contou com a parceria do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC). O evento reuniu cerca de 1.800 pessoas, entre elas representantes de 103 países, organismos internacionais e outras organizações não-governamentais e propiciou excelente oportunidade de intercâmbio de experiências e estímulo à cooperação internacional.

Dentre as principais restrições enfrentadas pelo conjunto de programas da Presidência da República para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos – A inexistência de previsão quanto à liberação de recursos, que muitas vezes acontece somente no final do exercício financeiro, não havendo mais tempo hábil para execução de algumas ações, aliado ao contingenciamento dificultou o planejamento de execução de alguns programas.

Recursos materiais e de infra-estrutura das equipes executoras – A falta de orçamento para investimento em equipamentos e tecnologia dificulta a realização das ações. Assim, os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados, para a maior parte dos programas, inadequados para sua implementação.

Recursos humanos – A quantidade e a qualificação das pessoas nas equipes executoras foram consideradas insuficientes. A complexidade das tarefas, a natureza dos serviços e o prazo exíguo em que muitas ações devem ser executadas também demandam equipes maiores.

RECOMENDAÇÕES

- O intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário, com reflexos na advocacia pública, torna necessária a inclusão de ações com a finalidade de instalar novas unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Presidência da República.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

OBJETIVO

Disseminar o uso da certificação digital na administração pública e no conjunto da sociedade brasileira e obter autonomia tecnológica em áreas estratégicas da tecnologia da informação e comunicação.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de sistemas informatizados privados ou públicos e órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 24.457.614,00	Empenho Liquidado: R\$ 17.172.130,00 Pago estatais: - Total: R\$ 17.172.130,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

O programa não possuía indicador em 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o atual estágio de utilização da rede de computadores na sociedade, seja por meio de comércio eletrônico ou de comunicações entre organizações públicas e privadas, há necessidade de garantir um sistema de segurança e privacidade nas transações eletrônicas via implementação e operação de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, bem como a sua disseminação, fomento e desenvolvimento. Além disso, a atual dependência de sistemas proprietários e monopolistas de hardware e software apresenta-se como um impeditivo para o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação nacional, como também para a promoção da inclusão digital.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A obtenção de resultados no período foi considerada como dentro do esperado devido:

- Aos avanços na superação do problema relativo à insegurança no comércio eletrônico e nas comunicações entre organizações por meio da disseminação da tecnologia da certificação digital. Neste sentido, a expansão da Infra-Estrutura de Chaves Públicas (ICP) contribuiu para a disseminação desta tecnologia, tanto no setor público quanto no setor privado (ex: criação das

autoridades certificadoras do judiciário, no Estado do Rio Grande do Sul e do sindicato dos corretores de seguros do Estado de São Paulo).

- À maior autonomia tecnológica, o fortalecimento da soberania e o desenvolvimento de massa crítica, por meio dos avanços no Projeto da Plataforma Tecnológica da Autoridade Certificadora Raiz.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dentre as restrições que prejudicaram o desempenho do programa destacam-se:

- Ausência de quadro efetivo de pessoal na equipe gerencial e nas equipes executoras, o que faz com que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) funcione de forma precária, por meio de funções gratificadas e terceirizados.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras.
- Dificuldades na celebração de licitações e contratos em função da reduzido quadro de funcionários nesta área.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Embora não existam indicadores que permitam uma avaliação quantitativa da satisfação do beneficiário, as ações de relacionamento institucional do ITI com a sociedade propiciam a percepção qualitativa do grau de satisfação. Um exemplo é o Fórum Anual de Certificação Digital, realizado desde 2003, que vem tendo uma participação cada vez mais expressiva dos diversos órgãos de Governo, dos fabricantes envolvidos com as questões de certificação digital e dos demais segmentos da iniciativa privada. O número de participantes cresceu de 50 em 2003 para 650 pessoas em 2005.

RECOMENDAÇÕES

- A fim de aprimorar a mensuração do alcance dos resultados do programa, devem ser incluídos os indicadores “Taxa de Segurança Criptográfica da Chave Privada Emitida pelas Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil”, “Taxa de Crescimento do Credenciamento de Autoridades pela ICP – Brasil” e “Taxa de Incremento da Emissão do Certificado Emitido”.
- Necessidade de constituir um quadro efetivo de funcionários do ITI.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL

OBJETIVO

Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 23.937.560,00	Empenho Liquidado: R\$ 21.346.876,00 Pago estatais: - Total: R\$ 21.346.876,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO-ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CIDADÃOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 23,88 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 87,45

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa visa a cumprir o disposto no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal, o qual determina que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” e da Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que, ao regulamentar esse princípio constitucional, identifica o papel singular do Arquivo Nacional como órgão competente na esfera do Poder Executivo Federal para exercer a gestão documental, bem como implementar e acompanhar a política nacional de arquivos. O programa “Democratização do Uso da Informação Arquivística Governamental” é a estratégia mais eficaz para ratificar a legitimidade do Arquivo Nacional como agente fundamental no processo de modernização administrativa do Estado e no fortalecimento da cidadania. A ausência de padrões técnicos no que se refere à gestão, guarda, preservação e acesso aos documentos públicos, implica na dispersão e perda do patrimônio documental

do país, limita o acesso à informação e compromete a eficácia da máquina administrativa do Estado, além de significar desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros..

PRINCIPAIS RESULTADOS

A obtenção de resultados em 2005 foi considerada dentro do esperado. Destacam-se:

- Maior acessibilidade por parte dos usuários ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional, por meio da consolidação da ocupação em sua nova sede no conjunto arquitetônico tombado no Rio de Janeiro, a qual conta com modernos sistemas de segurança e detecção de sinistros e pleno funcionamento de sua rede de fibra ótica, viabilizando o intercâmbio de dados e imagens.
- Aumento da eficácia no controle das informações contidas nos acervos sob custódia do Arquivo Nacional, possibilitando ao usuário acesso a uma gama maior de serviços, tanto pelo uso das bases de dados como dos resultados do adequado uso de tecnologia da informação aplicada aos arquivos, com o uso de modernos equipamentos de microfilmagem e digitalização de imagens, resultantes da efetiva implementação do programa de modernização institucional, que vem contando com amplo apoio da Casa Civil da Presidência da República.
- Aumento da eficácia em relação às atividades de gestão documental nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal por meio da criação do SIGA (Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, decreto nº. 4915), o qual facilitou a ação do Arquivo Nacional como órgão central do sistema.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As restrições limitaram-se aos recursos humanos e materiais, conforme se observa a seguir:

- Investimentos em infra-estrutura insuficientes para as atividades de guarda, recolhimento e preservação do acervo.
- Reduzido quadro de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, o que conduz à contratação de serviços especializados no mercado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Ampliação dos investimentos, no Rio de Janeiro e em Brasília, para modernização da infra-estrutura institucional (ampliação e adequação dos espaços para guarda de documentos, recolhimento e preservação do acervo).

- Ampliação do quadro de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras por meio de concursos públicos, tanto de nível superior, quanto de nível médio.
- Criação de ações específicas para as atividades contínuas de gestão de documentos e de divulgação do acervo, dado que a ausência destas ações impossibilita aferir a abrangência de atuação do Arquivo Nacional junto aos órgãos governamentais.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL

OBJETIVO

Ampliar o acesso da população às informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento da cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 161.356.711,00	Empenho Liquidado: R\$ 140.914.364,00 Pago estatais: - Total: R\$ 140.914.364,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DISTRIBUÍDAS

Unidade de medida: unidade

Último índice apurado: 362.849 em 2002

Índice previsto ao final do PPA: 463.100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

A medição dos resultados do programa apresenta problemas no que se refere à apuração do indicador. Apesar de ter sido introduzido no processo de revisão em 2005, não representa o real resultado das ações desenvolvidas no programa. O indicador "Matérias jornalísticas distribuídas" não será mais apurado, porque foi excluído no processo de revisão do PPA em 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema que deu origem ao programa reside na necessidade de conduzir a sociedade brasileira à universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública para promover a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O principal resultado do programa em 2005 foi o crescimento de 11% nas matérias veiculadas pela Agência Brasil. Além disso, a TV NBR transmitiu

na íntegra todos os eventos nos quais o Presidente da República participou durante o ano de 2005. Foram 296 eventos totalizando quase 270 horas de transmissão. Foram 139 em Brasília, 120 pelo Brasil e 37 no Exterior.

- O programa de rádio “Café com o Presidente” completou em 2005 seu segundo ano de existência e passou de quinzenal para semanal. Em pesquisa realizada sobre o interesse das emissoras pelo programa, em amostragem de 1 mil emissoras de 26 Estados e do Distrito Federal, verificou-se que 33,5% delas transmitem o programa, na íntegra ou editado pela própria emissora. Estima-se que o programa de rádio vem sendo transmitido por cerca de 1.400 emissoras, sem contar com repercussões da transmissão do depoimento do Presidente nas agências de notícias, nos telejornais e nos jornais impressos do dia seguinte ao programa.
- Outro resultado marcante em 2005 foi o início das transmissões da TV Internacional – TV Brasil. A TV Brasil é um projeto do Estado brasileiro, administrado e financiado pelos três poderes: Executivo, representado pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral (SECOM) e RADIOBRÁS; o Legislativo, representado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal; e o Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal. Um decreto presidencial determinou a criação de um Comitê Gestor “com o objetivo de formular proposta de prestação de serviço de televisão para o exterior”. Cabe a este Comitê a definição de grade de programação do que virá a ser a TV Internacional. O decreto também estabelece que toda a programação ocorrerá no âmbito da Radiobrás. Como parte do processo de criação da TV Brasil, foram realizadas diversas coberturas jornalísticas de eventos de interesse internacional e, em especial, de interesse para a região sul-americana. As transmissões foram realizadas sempre em língua espanhola, sendo orientadas para emissoras da região. O sinal chegou aos países da América do Sul, América Central, América do Norte e Europa Ocidental. Com a ajuda dos parceiros (Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, SECOM e Itamaraty), já que a Radiobrás não dispõe de orçamento suficiente, a TV Brasil está transmitindo, em caráter definitivo, 12 horas de programação por dia. A redação do canal já se encontra em funcionamento.
- Em 2005, como indicativo de outros resultados do programa, a receita da Radiobrás cresceu 9% em relação a 2004 com a Publicidade Legal, que distribuiu as informações de 1.240 órgãos da Administração Federal. Houve um aumento do número de anunciantes da ordem de 10% em relação a 2004. O resultado global da comercialização de produtos cresceu em 39,2%. A negociação bem sucedida, iniciada em 2003, que aumentou o índice de descontos em anúncios em jornais, continuou em 2005 e gerou economia para os anunciantes. Os publicitários vão continuar insistindo para que os clientes comuniquem melhor, a um preço sempre menor.
- O número de horas veiculadas pelo serviço de radiodifusão de programas culturais e educacionais da Fundação Roquete Pinto superou a previsão inicial de 2005, atingindo o percentual de 106,94%. Em 2005, a TVE Brasil deu ênfase à programação infantil, aumentando o número de horas dedicadas a esse público.
- Foi implantado o recurso técnico da Legenda Oculta, em tempo real, em cerca de 20% da programação da TVE Brasil. É a primeira televisão educativa a prestar esse serviço aos deficientes auditivos – cerca de 28 milhões de telespectadores, no país, são usuários dessas legendas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto do programa foram o contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação de recursos, que interferiram na execução já que dificultaram o planejamento. Não havia previsão de quando ocorreria a liberação de novos recursos, que muitas vezes acontece somente no final do exercício financeiro, não havendo mais tempo hábil para execução. O exemplo disto é o projeto de implementação do Canal Internacional que teve sua execução prejudicada, tendo sua realização alcançado somente 4% do que estava previsto.

As metas físicas executadas no ano de 2005 ficaram abaixo do que estava previsto em todas as ações orçamentárias de responsabilidade da Radiobrás. Isto ocorreu em função dos limites orçamentários e financeiros que foram estabelecidos ao longo do ano. Como exemplo, o orçamento autorizado para custeio foi de R\$ 52.153.607,00 e o de investimento, R\$ 4.186.710,00, sendo bloqueados R\$ 12.532.607,00 em custeio e R\$ 3.774.710,00 em investimento para cumprimento dos limites orçamentários, o que significa uma redução de 24% para custeio e 90% para investimento. Assim, os limites orçamentários e financeiros ficaram aquém das reais necessidades do programa, obrigando ao adiamento de várias iniciativas programadas para serem executadas em 2005. Este fato também compromete a execução em 2006.

O gasto de maior relevância na ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” é o de folha de pagamento e encargos sociais (pessoal). Além deste, existem os impostos, telefonia, água, luz, aquisição de material e outros. Os materiais alocados nesta ação são aqueles de difícil apropriação por se tratar de uso comum. Os gastos na GAP são para manutenção do programa e contribuem como apoio às ações finalísticas, gerindo e administrando recursos, pessoas, bens e serviços. As maiores dificuldades de apropriação de custos nas ações finalísticas são as aquisições de materiais para estoque e serviços que são de uso comum a todas as ações.

Os recursos materiais e de infra-estrutura das equipes executoras são inadequados para a implementação do programa. A falta de orçamento para investimento em equipamentos e tecnologia dificulta muito a realização das ações. O crescimento no ano de 2005 representa provavelmente a fronteira das possibilidades, após melhoria no gerenciamento e nos processos. Houve um crescimento muito grande na eficácia e na produtividade.

O financeiro comprometido por restos a pagar interferiu no desempenho das ações, considerando-se que os gastos dos dois últimos dias úteis do ano foram efetuados com recursos financeiros do exercício seguinte, que somados aos restos a pagar, impactaram consideravelmente os limites financeiros do ano seguinte.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

De 2003 a 2005, a administração da Radiobrás observou cuidadosamente alguns conceitos essenciais para realizar uma boa gestão. Assim, embora o número total de funcionários seja praticamente o mesmo (1.149 em janeiro de 2003 e 1.170 em dezembro de 2005), houve um aumento significativo na produtividade e na qualidade dos produtos finais. Na área de desenvolvimento, apenas em 2005, foram promovidos 35 cursos e palestras que totalizaram 715 participantes. Houve ainda

espaço para a inclusão social como uma forma de exercitar o espírito de cidadania e de solidariedade, abrindo oportunidades para menores aprendizes e para pessoas portadoras de deficiência.

Em 2005, foram realizadas 65 licitações que melhoraram o processo de compras. Também houve avanço no software livre e nos números financeiros da Radiobrás. A implantação de softwares livres continua gerando economia na aquisição de licenças de softwares proprietários. Em 2005 deixou-se de gastar R\$ 775 mil.

O monitoramento é feito tempestivamente, em alguns casos mensalmente e em outros, diariamente. O processo gera informações essenciais para a confecção dos relatórios de gestão e para o acompanhamento da execução das tarefas à luz dos Planejamentos Operacional, Estratégico e dos Planos Editoriais, para o jornalismo da Radiobrás.

O programa possui mecanismos de participação social, como a Ouvidoria Externa. Desde que esta foi implementada, atende e encaminha todas as demandas com cronograma acertado entre as gerências das áreas. A partir de 2004, a Ouvidoria ampliou o seu diálogo com o cidadão colocando no ar, na Rádio Nacional de Brasília e na TV Nacional, um programa com a participação do cidadão ao vivo ou gravada. A Ouvidoria ainda realizou encontros com associações de ouvintes entre outros mecanismos de participação social, como o Fale Conosco, canal de diálogo da sociedade com a Empresa.

A forma de avaliação da satisfação dos beneficiários é feita com base no número de consultas ao sítio da Agência Brasil, pesquisas com os usuários do Clipping, atendimento ao cidadão e aos ouvintes das rádios e da TV Nacional. Em relação ao serviço de radiodifusão de programas culturais e educacionais, a satisfação do público é avaliada por meio de pesquisas de audiência, que servem de base para as decisões relativas à reformulação de programas.

RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se a:

- Substituição dos indicadores “Total de Matérias Jornalísticas” e “Transmissão de Eventos da Presidência da República” por “Índice de Audiência”, em função das dificuldades relatadas sobre o indicador atual.
- Exclusão da ação 7134 – “Implantação do Canal de Televisão Internacional”.
- Inclusão de ação nova (atividade) - “Manutenção do Canal de Tv Internacional”, pois o canal já se encontra em operação, necessitando agora de recursos para sua manutenção.
- Prestação de informações para o monitoramento do programa de acordo com os prazos estabelecidos na Portaria MP nº.198 / 2005.

DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA

OBJETIVO

Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 104.321.880,00	Empenho Liquidado: R\$ 78.003.950,00 Pago estatais: - Total: R\$ 78.003.950,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE RECLAMAÇÃO DE ASSINANTES DO DIÁRIO OFICIAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 2,97 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador mede a relação percentual entre o número total de reclamações recebidas e o número total de assinaturas do Diário Oficial. A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA é considerada baixa. Isto ocorre, pois na elaboração do indicador, considerava-se como assinantes o “total de jornais impressos” e não o total de assinaturas, como é hoje, o que reduziu o denominador para quase a metade. Tal fato provocará a revisão do índice previsto para o final do PPA.

2. TAXA DE DIVULGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL POR MEIO ELETRÔNICO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 11,7 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A viabilidade de alcance do índice deste indicador ao final do PPA é alta, uma vez que o índice para o ano de 2005 foi de 11,78%, o que significa um percentual de 11,78% de assinantes eletrônicos em relação ao nº. de assinantes do Diário Oficial impresso. Vale destacar, entretanto, que o Diário Oficial impresso obteve uma tiragem mensal média de 434.485 exemplares.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa surgiu para possibilitar a disseminação de informações para o Governo e para a sociedade, além de oferecer maior transparência às ações do Governo. O programa pretende assegurar que todos tenham direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, na forma da legislação vigente, bem como garantir a publicidade dos atos públicos praticados, com legalidade e validade jurídica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A obtenção de resultados em 2005 ocorreu dentro do esperado, com a impressão de uma tiragem mensal média de 434.485 exemplares do Diário Oficial. Ao longo do ano, no processo de impressão, foram produzidas 5.834.399 exemplares de jornais, resultando no expressivo número de 1.146.772.089 páginas impressas, das quais 465.347.110 páginas foram de Diário Oficial da União, 666.098.339 páginas foram de Diário da Justiça, 16.367.440 páginas foram de edições extras e suplementares e 759.200 páginas foram do encarte semanal do STF que circulou no Diário da Justiça, Seções 1e 2. Além disso, foram produzidas e distribuídas no período 318 edições dos jornais Diário Oficial da União e Diário da Justiça, das quais 251 edições foram normais, com circulação diária, 32 edições foram publicadas extraordinariamente e 35 circularam com edições suplementares, sendo 2 referentes à publicação da Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA) e as demais, com periodicidade semanal, a partir de 16/05/2005, contendo matérias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), impressas sob encomenda, com uma tiragem de 2 mil exemplares. Foram ainda produzidas 52 edições do Informativo STF, de periodicidade semanal, com circulação às quartas-feiras, encartado no Diário da Justiça, Seções 1 e 2. Para o alcance destes números deve-se considerar:

- O índice apurado de reclamações é de apenas 2,97%, significando que 3 em cada 100 assinantes teriam alguma reclamação contra a Imprensa Nacional, atentando-se para o fato de que 100% das reclamações foram atendidas.
- Inclusão do Distrito Federal, ampliando o número de Estados que diariamente recebem os Diários Oficiais para revenda avulsa nas capitais e outros pontos de vendas das imprensas oficiais estaduais contratadas nas Regiões Nordeste (Pernambuco, Bahia e Sergipe), Região Norte (Pará), Centro Oeste (Mato Grosso do Sul), Sul (Rio Grande do Sul) e Sudeste (São Paulo).
- Comercialização dos jornais-oficiais em versão eletrônica com certificação digital nos padrões da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para qualquer modalidade de assinatura (destaque para a assinatura empresarial com cessão para as empresas contratantes dos direitos autorais para fins de revenda dos subprodutos demandados pelos cidadãos).
- Otimização do fluxo de produção editorial dos jornais-oficiais, com substancial redução no horário de fechamento das edições e, conseqüentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais, com reflexo positivo na logística de distribuição em todo o país, propiciando entregas cada vez mais cedo aos clientes assinantes e compradores avulsos.
- Elaboração de projeto e preparação do ambiente editorial para a criação de um novo caderno do Diário Oficial da União, Seção 3, contendo somente

atos referentes a contratos e licitações públicas, atendendo assim à demanda das empresas, dos órgãos públicos e da sociedade, por uma publicação oficial específica para estes atos.

- Ampliação dos pontos de revenda avulsa dos jornais em todo o país e manutenção do processo de credenciamento e contratação de bancas de jornal do Distrito Federal, para revenda avulsa do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça, em pontos de venda de grande afluxo de cidadãos, com o objetivo de disponibilizar a todos a informação oficial. Ademais, ampliou-se este serviço de revenda avulsa dos jornais para todo o país, com as importantes parcerias firmadas, por contrato, com as imprensas estaduais de São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Sergipe

Ressalta-se ainda a preocupação ambiental. A partir da contratação de uma empresa credenciada por processo licitatório pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, em 12 de julho de 2005 implementou-se uma política de reciclagem dos resíduos industriais, com destaque para o recolhimento, o tratamento e a correta destinação ambiental dos resíduos líquidos (efluentes) e sólidos dos processos de pré-impressão e impressão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A morosidade na liberação de recursos contingenciados prejudicou o processo licitatório de algumas aquisições sem, no entanto, prejudicar a totalidade da execução programada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- De modo a aperfeiçoar o desenho do programa, deve-se incluir o indicador “Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça”.
- Sugere-se a fusão das ações 2803 - “Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais” e 2804 - “Edição e Produção de Publicações Oficiais”, atribuindo à nova ação o título “Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais”.

GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO

OBJETIVO

Estimular a sociedade a participar do debate e da definição de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do país, de modo a promover o crescimento da cidadania e a inclusão social.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 162.049.991,00	Empenho Liquidado: R\$ 146.884.102,00 Pago estatais: - Total: R\$ 146.884.102,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa surgiu da necessidade de democratizar e universalizar o acesso à informação, dando conhecimento à sociedade das mudanças promovidas e conquistas alcançadas pelo Governo Federal, mediante a construção de uma política eficiente de comunicação de governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Destacam-se como resultados do programa em 2005 a execução de 176 ações de publicidade institucional e 11 de utilidade pública que permitiram prestar contas das ações do Governo Federal e também informar a população sobre assuntos de utilidade pública.
- Em 2005, o Comitê de Negociação de Mídia, formado pelos cinco maiores anunciantes do Governo Federal e coordenado pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral (SECOM), reuniu-se com os veículos de comunicação que têm maior participação nos recursos de mídia do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM), para negociação. Ao todo foram 39 veículos que participaram da ação. Com o objetivo de otimizar o gerenciamento dos recursos públicos da área publicitária, a SECOM deu prosseguimento ao processo de negociação de mídia centralizada, realizado desde 2003, beneficiando todos os órgãos e entidades do Executivo Federal. Tal estratégia permitiu uma melhor relação

entre o custo e o benefício da compra de mídia promovida por meio das agências de publicidade contratadas e, também, estreitar o relacionamento com os veículos de comunicação, abrindo espaço para a mídia gratuita por intermédio de parcerias com o setor privado.

- Também houve avanço na busca pela regionalização da mídia em 2005. Emissoras de 1.526 Municípios receberam investimentos da SECOM neste ano, contra 1.497 no ano anterior. Em 2005 foram 773 Municípios beneficiados e 428 jornais. O Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal SICOM utilizou, em média 4.620 veículos de comunicação, alcançando 1.040 Municípios.
- Na área de divulgação, foram produzidas 116 edições do “Em Questão”, boletim eletrônico com notícias e informações sobre o que está sendo feito pelo Governo Federal e os motivos dessas realizações, além de 8 edições especiais com entrevistas de autoridades do Executivo Federal. O boletim é divulgado para 723 mil endereços eletrônicos cadastrados, alcançando 20% mais destinatários do que em 2004.
- No serviço de atendimento ao cidadão, executado por meio dos canais “Fale com o Governo” e “Fale com a SECOM”, nos quais os cidadãos tiram dúvidas e recebem informações a respeito dos programas e ações do Governo Federal, a média mensal de atendimento foi de 5 mil mensagens, resultando em cerca de 60 mil atendimentos e encaminhamentos em um ano.
- Na comunicação via Internet, ressalta-se o lançamento da nova versão do Portal do Governo Brasileiro (www.brasil.gov.br) que, além de aprimorar a comunicação com a sociedade, por meio de um portal dinâmico e uma ferramenta de gestão do conteúdo descentralizado, apresenta os principais serviços eletrônicos do governo catalogados e estruturados, com versões em inglês e espanhol. Além disso, apresenta enquetes, fóruns e uma área de participação social, que proporcionam maior interação com o cidadão e promovem maior diálogo com a sociedade.
- O Comitê de Patrocínios, que reúne vários ministérios e empresas estatais, aprovou 908 projetos culturais e esportivos e confirmou decisões *ad referendum* sobre 1.668 projetos culturais e esportivos com valores inferiores a R\$ 50 mil. No total, incluindo eventos, promoções, ações sociais e ambientais e outros, foram aprovados 8.205 projetos. O total de investimentos em patrocínios das empresas estatais, em 2005, foi de mais de R\$ 675 milhões, sendo R\$ 609 milhões em projetos culturais e esportivos. Com esse volume de investimentos, a Política de Patrocínios tornou-se fundamental na estruturação de diversas cadeias produtivas, seja nas áreas da cultura, esporte, meio ambiente ou de ação social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A infra-estrutura foi considerada inadequada em razão da insuficiência de equipamentos de informática compatíveis para o cumprimento do programa, como impressoras e computadores com DVD. A inexistência de sistema de gestão da execução e a limitação ao acesso à Internet também são aspectos que comprometem os resultados do programa.

Em relação aos recursos humanos, a quantidade e a qualificação das pessoas nas equipes executoras foram consideradas insuficientes. A complexidade das tarefas, a

natureza dos serviços e o prazo exíguo em que muitas ações devem ser executadas também exigem uma equipe maior.

O contingenciamento orçamentário também foi uma restrição que dificultou o cumprimento do programa da maneira originalmente planejada.

O programa não avalia o nível de satisfação do usuário em função do alto custo de pesquisas sistemáticas de satisfação do usuário e do comprometimento do orçamento com as ações do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Pode ser citado como boa prática de gestão o processo centralizado de negociação de mídia do Governo Federal. Essa prática acontece anualmente desde 2003 e garante a melhor aplicação dos recursos públicos na compra de mídia. Outro aspecto de destaque na gestão do programa é o processo de treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais que compõem o Sicom. Consiste no planejamento e na realização de cursos e outros treinamentos específicos na área de comunicação, destinados aos profissionais que atuam nas áreas de comunicação do Governo Federal.

Vale destacar também que o programa promove a participação social por meio de pesquisas de opinião sistemáticas e dos canais “Fale com a Secom” e “Fale com o Governo”, que permitem, por meio da Internet, a participação dos cidadãos no cumprimento do programa

RECOMENDAÇÕES

- Atualização das informações, no SigPlan, para o monitoramento do programa de acordo com os prazos estabelecidos na Portaria MP nº198 / 2005.

GESTÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO

OBJETIVO

Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 8.700.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.819.864,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.819.864,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa surgiu para atender à necessidade de uma nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os resultados do programa destacam-se:

- Aperfeiçoamento do processo de escuta do cidadão quanto à prestação do serviço público, por meio da implantação de 10 novas unidades de ouvidoria no Poder Executivo Federal (totalizando 124 unidades em operação). Ademais, ocorreu a análise de 1.626 novas manifestações de cidadãos quanto à prestação de serviços públicos.
- Subsídios para a constituição de uma visão de longo prazo e o fornecimento de dados fundamentais para auxiliar os tomadores de decisão, por meio de estudos para a formulação do desenvolvimento da gestão estratégica nacional:
 - Projeto Brasil 3 Tempos.
 - Mudança do Clima.
 - Reforma Política.
 - Biocombustíveis.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dentre as dificuldades para a implementação do programa, destacam-se:

- Impossibilidade de estruturação do serviço de central de atendimento (0800), o que limitou o acesso do cidadão ao serviço de ouvidoria. Todavia, em 2006, com a entrada em funcionamento da central de atendimento, estima-se uma maior abrangência do serviço, impactando de forma significativa o público-alvo, principalmente, os cidadãos de baixa renda.
- O contingenciamento afetou a ação de capacitação. Como resultado, diversos programas de treinamento inicialmente planejados foram cancelados.
- Houve atraso na liberação dos recursos na ação “Estudos para a Formulação e Desenvolvimento da Gestão Estratégica Nacional”, o que dificultou o desempenho da ação pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos - NAE. Os recursos foram disponibilizados em novembro de 2005.
- Ausência de infra-estrutura física, estrutura regimental e quadro de cargos adequados ao pleno funcionamento do Núcleo de Assuntos Estratégicos da República (NAE-PR), que é responsável pela ação.
- Falta de profissionais capazes de formular e gerenciar os projetos e atividades da Ouvidoria Geral da União.
- Ausência de qualificação em estudos prospectivos de longo prazo no quadro da antiga SECOM, que está previsto para compor o NAE.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação à ação “Estudos para a Formulação e Desenvolvimento da Gestão Estratégica Nacional”, a metodologia NAE impõe a consulta pública para aferir a percepção da sociedade com relação ao futuro. No decorrer do Projeto Brasil 3 Tempos, foi realizada uma Consulta Delphi via Internet, quando foram convidados a participar cerca de 50 mil representantes de entidades públicas e privadas e de pessoas que ocupam posições de relevo junto à sociedade brasileira, com um total aproximado de 2 mil respondentes. Os resultados confirmaram os diagnósticos das percepções da sociedade obtidos na consulta Delphi em relação aos principais temas de interesse do Estado brasileiro.

Quanto à ação “Funcionamento do Sistema Federal de Ouvidorias”, foi iniciado estudo visando a relatar as experiências bem sucedidas no segmento de ouvidorias públicas do Brasil. Para realizar este estudo foi elaborado instrumento de pesquisa específico que contempla o fornecimento de informações qualitativas - histórico da ouvidoria, competências, processos de trabalho implantados, experiências em casos emblemáticos e soluções obtidas e recomendações expedidas pelo ouvidor - visando a subsidiar a análise para identificação das ouvidorias públicas com nível de excelência. Contempla também o fornecimento de informações quantitativas referentes às manifestações recebidas nos últimos dois anos (2004/2005). O instrumento de pesquisa foi encaminhado a cerca de 400 ouvidorias públicas, entre federais, estaduais e municipais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, no mês de novembro de 2005. A pesquisa foi encerrada em janeiro de 2006, estando atualmente em fase de tabulação e análise dos resultados.

Ainda não houve tempo para aferir a satisfação dos beneficiários sobre os resultados. De qualquer forma destaca-se que: (a) o Congresso Nacional considerou satisfatória

a contribuição do NAE para a elaboração da Lei de Biosegurança (Lei nº. 11.105, de 24/3/2005); (b) os Ministros da Casa Civil, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia endossaram os estudos prospectivos relacionados a Biocombustíveis, sendo que esses estudos técnicos subsidiaram a elaboração da Lei do Biodiesel (Lei nº. 11.097, de 13/1/2005); (c) os Ministros da Casa Civil, Relações Exteriores, Fazenda, Transportes, Agricultura Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Indústria e Comércio, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e o Secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas endossaram os estudos prospectivos do NAE relativos a Mudanças do Clima, o qual tem sido utilizado em fóruns internacionais para subsidiar as posições brasileiras e é considerado o documento mais completo sobre o assunto, produzido no Brasil; e (d) o estudo sobre a Reforma Política, cuja conclusão foi antecipada, aproveitando a oportunidade da crise Política de 2005, foi endossado pelo Presidente e pelo Relator de Reforma Política do Congresso Nacional e pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Tal trabalho serviu como subsídio às discussões, tendo sido distribuído aos congressistas.

RECOMENDAÇÕES

Para aprimorar o desempenho do programa, recomenda-se:

- Na ação 6215 – “Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, alterar a finalidade para “Exercer as atividades inerentes ao funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e seus grupos de trabalho, tais como realização de reuniões, conferências, seminários, estudos e oficinas”; e alterar a descrição para “Convocação e organização da agenda de trabalho das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho e dos seus grupos de trabalho, bem como a realização de estudos definidos pelo pleno do Conselho; preparação da estrutura necessária à realização das reuniões e atividades; realização das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”.
- Implantar a central de atendimento telefônico gratuito (0800) que ampliaria o acesso do cidadão ao serviço de ouvidoria.
- Criar uma estrutura regimental e um quadro de pessoal adequados ao pleno funcionamento do NAE.
- Disponibilizar um quadro de profissionais capazes de formular e gerenciar os projetos e atividades da Ouvidoria-Geral da União.
- Qualificar o quadro com o NAE em técnicas prospectivas de longo prazo.

INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

OBJETIVO

Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira, de forma integrada com outras instituições, fornecendo informações, serviços e infra-estrutura.

PÚBLICO-ALVO

O Governo, em todas as esferas, a sociedade brasileira e em particular os amazônidas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 176.423.110,00	Empenho Liquidado: R\$ 129.901.423,00 Pago estatais: - Total: R\$ 129.901.423,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. QUANTIDADE DE DEMANDAS ATENDIDAS POR INFORMAÇÕES, SERVIÇOS E USO DA INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (SIPAM)

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Devido à necessidade de envolvimento de diversos parceiros para gerar informações necessárias ao cálculo do indicador, houve dificuldades para estabelecer seus atributos: índice de referência, índices no ano de apuração e índice ao final do PPA. Assim, a equipe técnica do Centro Gestor e Operacional do SIPAM (CENSIPAM) está implementando o Plano de Ação para o biênio 2005/2006, no qual serão levantadas as fontes de dados para cálculo dos indicadores. Os indicadores a serem construídos abordarão aspectos essenciais quanto à qualidade e confiabilidade, buscando incorporar a diversidade de produtos oriundos do sistema.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa “Informações Integradas para a Proteção da Amazônia” surgiu devido à necessidade de coletar, armazenar, processar, analisar e disponibilizar informações atualizadas, de forma contínua, para subsidiar as ações de planejamento, integração e intervenção de governo na Amazônia Legal. O programa é multissetorial, tendo ações sob a responsabilidade da Casa Civil por meio do Centro Gestor e Operacional

do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica. As informações produzidas pelo SIPAM são importantes para usos militares em ações de defesa das fronteiras, no combate ao tráfico de drogas e a outros ilícitos na região, no combate ao desmatamento ilegal, no planejamento da ocupação controlada da região, na produção de relatórios meteorológicos, para subsidiar estudos acadêmicos sobre a biodiversidade, para otimizar os sistemas de transporte e de comunicações da região e para possibilitar o acesso das populações locais às novas tecnologias, entre outras aplicações. Ademais, o principal diferencial do Sistema está em seu modelo de co-gestão, onde cada órgão parceiro ao mesmo tempo em que participa, demanda atividades e realimenta o banco de dados do sistema, enriquecendo o processo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Censipam manteve a implementação e a consolidação do SIPAM por meio de parcerias institucionais, ampliando o número de órgãos parceiros componentes do Sistema. Foram celebrados 15 novos Acordos de Cooperação Técnica (ACT), totalizando 41 ACTs. O objeto desses ACTs é o intercâmbio de informações, de infraestrutura e de recursos humanos para apoio às atividades e aos projetos comuns a serem desenvolvidos no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia. Como resultado dos acordos, o Censipam, a partir dos Centros Técnicos e Operacionais (CTO) de Belém, de Manaus e de Porto Velho e do Núcleo Técnico e Operacional de Brasília, participou em 2005 de diversas ações e operações conjuntas com órgãos dos três níveis de governo, destacando-se:

- A geração de imagens das áreas prioritárias e o processamento digital das imagens pelo CENSIPAM, sob coordenação do Gabinete de Segurança Institucional, que apoiou os projetos e a realização de ações conjuntas de georreferenciamento, cadastramento e regularização fundiária de imóveis rurais em terras públicas federais no Estado do Pará, por meio do Projeto Paz Pará.
- A realização pelo CENSIPAM da captação de imagens e do mapeamento de estradas, da cobertura vegetal, do desmatamento e das atividades antrópicas, de maneira a contribuir para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento e organização da ação de governo na área de abrangência da BR 163, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a BR-163, elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional.
- Confecção e impressão de cartas temáticas de solos, de vegetação, de geologia e de geomorfologia, de mosaicos, de recortes de imagens e confecção de cartas-imagem geradas pelo sensor radar R99-SAR, visando a apoiar o Projeto de Zoneamento Ecológico Econômico da Rodovia BR-163, desenvolvido em parceria com diversos órgãos, com a finalidade de ordenamento e regulação do uso do território a partir da sistematização de informações referentes às potencialidades e limitações dos recursos naturais.
- Por meio de parcerias entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o CENSIPAM, foram mapeados os desmatamentos em 12 Municípios do Sul do Estado do Amazonas e feita a análise das tipologias vegetais atingidas.

- Participação no Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, desenvolvido por treze órgãos federais, com o objetivo de propor medidas e coordenar ações para a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal. Neste sentido, o Plano contempla o desenvolvimento do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento, a aquisição e o tratamento de imagens de radar e a realização de sobrevôos de reconhecimento de áreas críticas.
- Participação no Sistema Integrado de Alerta de Desmatamentos para a Amazônia Legal (SIAD), desenvolvido em parceria com órgãos públicos, cujo objetivo é o monitoramento efetivo e sistemático da região Amazônica. O primeiro módulo de detecção de desmatamentos do SIAD (módulo 1) já se encontra operacional, com detecções sistematizadas com periodicidade mensal, trimestral e anual. Ainda foram adquiridas e processadas imagens de satélites orbitais, cujos produtos finais foram mapas e cartas-imagem.
- Integração dos Estados, Municípios, órgãos federais e comunidades amazônicas por meio do CENSIPAM que gerencia uma rede de telecomunicações via satélite, composta por 754 Terminais Usuários Remotos e Urbanos (rede VSAT) instalados em unidades dos órgãos parceiros com maior capilaridade nos nove Estados da Amazônia Legal, formando uma grande Intranet da Amazônia. Por meio deste sistema, foram efetuadas 68.078 ligações telefônicas e demandadas 10.733 solicitações de serviços, como por exemplo: cartas-imagens, mapas temáticos, pesquisas na Internet, imagens de satélite, publicação de notícias, apoio à Delegacia Regional do Trabalho no combate ao trabalho escravo e infantil, apoio às Secretarias de Educação dos Municípios, por meio de downloads de arquivos para as bibliotecas escolares, e apoio às comunidades pela divulgação de nomes de pessoas desaparecidas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Diversas demandas do CENSIPAM foram preteridas ou adiadas em função da insuficiência de créditos orçamentários e recursos financeiros. Como exemplo tem-se o adiamento da contratação temporária de servidores para 2006 e a contratação de serviços de manutenção de todo parque tecnológico do CENSIPAM.

Em relação à estrutura física, o prédio utilizado pelo CENSIPAM em Brasília não é adequado às necessidades do órgão. Contudo, foi construída uma nova edificação para sanar este problema, com previsão de ocupação em 2006.

Finalmente, há quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e executora, que é obrigada a requisitar servidores de outros órgãos e a terceirizar serviços. Entretanto, para o ano de 2006 está prevista a realização de processo seletivo simplificado para contratação temporária de técnicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É importante ressaltar que o SIPAM está em fase de ativação. Devido a este fato, o programa é composto de atividades e projetos que têm como finalidade apoiar a implantação do sistema, com ações de capacitação, instalação de equipamentos, aquisição de aeronaves, etc. Desta forma, sua atuação é limitada, pois ainda são necessários esforços para a geração de produtos preliminares e testes do Sistema,

além de constante revisão e atualização das técnicas e metodologias de produção de informações e geração de conhecimento.

No que se refere ao monitoramento, está sendo implementado o Plano de Ação para o biênio 2005/2006. As ações do plano correspondem às do PPA ou as complementam. Desta forma, procura-se monitorar o desempenho da instituição a cada dois meses. A ação referente à instalação de equipamentos em sítios operacionais do SIVAM e às obras civis do Sistema tiveram o seu desenvolvimento acompanhado por meio de cronograma físico detalhado, de forma a permitir ao governo verificar a evolução do programa, comparando as datas previstas em relação às datas de efetiva realização, utilizando para isto ferramentas de software na área de gerenciamento de projetos, reuniões de coordenações, relatórios de acompanhamento, relatórios de medição de obras civis, relatórios de análise de caminho crítico, relatórios de análise de riscos e inspeções em campo.

RECOMENDAÇÕES

- A fim de aprimorar o programa, deve-se alterar o público-alvo para “O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os amazônidas; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica”.
- Recomenda-se a construção de indicadores e o levantamento das fontes de dados para alimentação dos mesmos, tendo em vista que o indicador atual não representa o alcance do objetivo do programa e não há dados suficientes para o seu cálculo.
- Sugere-se a realização de processo seletivo para contratação de técnicos para a equipe gerencial e as equipes executoras.

INTELIGÊNCIA FEDERAL

OBJETIVO

Desenvolver Atividades de inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Presidência da República.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 148.176.419,00	Empenho Liquidado: R\$ 113.679.729,00 Pago estatais: - Total: R\$ 113.679.729,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA PARA SUBSÍDIO DO PROCESSO DECISÓRIO NACIONAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 96,51 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Foram produzidos 597 Relatórios de Inteligência, dos quais 461 foram avaliados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). Do total de documentos avaliados pelo usuário do conhecimento (461), 96,51% atenderam ao quesito oportunidade e relevância do conteúdo. Este resultado indica melhoria de performance dos relatórios em relação ao índice apurado em 2004 (89,76).

Não houve indicação de índice final para 2007, tendo em vista que os instrumentos de verificação estão em processo de aperfeiçoamento para posterior validação final.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa tem como objetivo subsidiar o Presidente da República na execução do processo decisório e na condução dos assuntos de interesse nacional. O programa é constituído por ações sigilosas, de inteligência, de capacitação na área de segurança da informação, de desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos estratégicos na área de segurança institucional, de desenvolvimento de tecnologia na área de segurança das comunicações, de operacionalização dos sistemas de telecomunicações e transmissão de dados, entre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No exercício de 2005, a Abin efetivou as missões na área de sua competência, tendo realizado seus resultados dentro do esperado. Entretanto, outras ações de interesse do Estado e da sociedade poderiam ter sido desenvolvidas, caso não tivessem ocorrido restrições de caráter orçamentário e contingenciamento de recursos. Abaixo estão os resultados atingidos em 2005.

- Produção de 597 relatórios de inteligência, 1.913 certidões de dados pessoais, 9.194 pesquisas diversas, entre as quais 3.458 destinadas, especificamente, a subsidiar a Casa Civil da Presidência da República e 1.074 Informações para outros serviços de inteligência.
- As atividades de desenvolvimento doutrinário e capacitação de pessoas atenderam a 2.903 servidores por meio de 195 cursos, contribuindo para a otimização da atividade de inteligência no âmbito da Abin e do Sistema Brasileiro de Informações (Sisbin) e de serviços de inteligência estrangeiros. Entre as organizações conveniadas encontram-se Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil - BB, Banco Central, Tribunal de Contas da União - TCU, Ministérios Públicos Estaduais, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, Petrobrás, Serpro, Anvisa, Suframa, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, Ibama e Telebrás.
- A área de desenvolvimento tecnológico da Abin atendeu a necessidades específicas de tecnologia, participou de estudos e integrou projetos técnicos no âmbito do governo federal, tais como: elaboração de estudos e avaliação de fornecedores de serviços sobre os aspectos de tecnologia inerentes ao Centro de Inteligência dos Jogos Pan-americanos de 2007, viabilidade e testes para utilização de aparelho celular, com criptografia proprietária, viabilidade para a configuração e instalação de sistema operacional para emprego de certificação digital no âmbito da Abin, expansão e apoio técnico a rede segura Rede Internacional de Informações de Segurança Pública /Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, desenvolvimento de algoritmos e módulos criptográficos com incorporação de tecnologias específicas e redução do hiato tecnológico nas áreas de segurança da informação e das comunicações aplicáveis às atividades de inteligência e fornecimento de produtos criptográficos a unidades do primeiro escalão da administração pública federal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As metas físicas previstas nas ações do programa “Inteligência Federal” foram alcançadas na sua totalidade. A meta da ação “Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação” foi ultrapassada, tendo sido capacitados 2.903 servidores, por meio de 195 cursos, que contribuíram para a otimização da atividade de inteligência desenvolvida por organizações integrantes do Sisbin e outras conveniadas com a Abin, num total de 212.

A dotação autorizada não pôde ser executada em face do contingenciamento de recursos. Dos R\$11.552.000,00 destinados às ações de inteligência, foi possível empenhar apenas R\$3.558.895,00. O contingenciamento dos recursos disponibilizados no mês de fevereiro foi da ordem de 46,56%. Os recursos disponíveis não eram suficientes

para atender as despesas essenciais (água, luz, telefone, material de expediente, limpeza, segurança etc) da sede e das 32 unidades vinculadas. Para solucionar o problema, foram realizadas reuniões junto a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DIRE) da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República (SA/CC/PR). Restaram bloqueados por ocasião do encerramento do exercício financeiro créditos no valor de R\$ 11.112.470,00, que representam 23,09% do orçamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual. Em outubro, valores descontingenciados foram direcionados para investimento, dificultando a realização dos procedimentos licitatórios e, conseqüentemente, aumentando o valor das despesas inscritas em restos a pagar, tendo em vista o tempo reduzido para liquidação das despesas empenhadas nesse período.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do programa. As emendas no Congresso Nacional resultaram em acréscimo no orçamento. Todavia, os benefícios desse acréscimo foram anulados pelo contingenciamento sofrido pelo programa.

As equipes e unidades executoras ressentem-se da escassez de recursos materiais e de infra-estrutura adequada, não disponível em razão da insuficiência dos recursos orçamentários e financeiros. A insuficiência verificada impacta o cumprimento da missão do órgão e tende a inviabilizar a realização de algumas ações fundamentais para a Agência. Parte da infra-estrutura, especialmente física e tecnológica, disponível na Abin remonta a 1964, demonstrando visíveis sinais de deterioração, defasagem tecnológica e incapacidade de atendimento às necessidades de uma agência de inteligência.

A inadequação de recursos humanos nas equipes gerencial e executoras ocorre em razão das especificidades inerentes à atividade de inteligência, que limita o universo dos possíveis integrantes, associada à perspectiva de aposentadorias que ocorrerão nos próximos anos. Além disso, a preparação para o exercício de atividades de inteligência é, normalmente, realizada no médio e longo prazo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O planejamento, o controle e a avaliação das ações do programa “Inteligência Federal” estão contidos no Plano Anual de Atividades da Abin, em consonância com os objetivos setoriais para a segurança constitucional, contidos nas Orientações Estratégicas da Presidência da República, estabelecidas no Plano Plurianual 2004–2007, com as diretrizes de inteligência e com os limites orçamentários disponibilizados na LOA.

Até o mês de setembro de 2005 foram realizadas reuniões trimestrais e, a partir destas, reuniões mensais com os coordenadores de ação para avaliar o desempenho físico e financeiro das ações do programa, no sentido de verificar a consecução das metas, a execução dos créditos e dos recursos financeiros, a possibilidade de remanejamento de créditos entre as ações e avaliar os óbices existentes, objetivando a correção de rumos e a execução do orçamento.

Foi produzida avaliação da Produção do Conhecimento - Relatório de Inteligência, realizada por meio de aplicação de questionário específico para cada documento produzido, denominada Ficha de Monitoração da Qualidade de Relatórios de

Inteligência, na qual o usuário avalia os quesitos: relevância, oportunidade, imparcialidade, amplitude e clareza e concisão e se o documento satisfaz plenamente, parcialmente ou não as suas necessidades. O programa vem sendo aperfeiçoado continuamente, a partir dos resultados da avaliação do usuário.

A gestão do programa prevê a realização de reuniões mensais destinadas a acompanhar os resultados obtidos na execução, bem como os níveis de cumprimento das metas físicas e financeiras fixadas, paralelamente à alocação de recursos orçamentários. Essa prática tem permitido a correção de rumos e, eventualmente, o redimensionamento de metas ou a realocação de recursos, especialmente quando da ocorrência de contingenciamentos ou fatos novos não previstos.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

NACIONAL DE JUVENTUDE

OBJETIVO

Reintegrar o jovem ao processo educacional e promover sua qualificação profissional e ação comunitária.

PÚBLICO-ALVO

Jovens que possuem entre 18 e 24 anos, estejam fora da escola e do mercado formal de trabalho e tenham entre 4 e 7 anos de estudo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 311.312.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 261.687.356,00 Pago estatais: - Total: R\$ 261.687.356,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE DESEMPREGO DAS PESSOAS DE 18 A 24 ANOS DE IDADE

Unidade de medida: Porcentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

O indicador não representa os resultados das ações do programa e deve ser excluído.

2. TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS DE 18 A 24 ANOS DE IDADE

Unidade de medida: Porcentagem

Último índice apurado: 39,9 em 2002

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Não existe índice previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Mais de 33 milhões de brasileiros compõem, hoje, o segmento juvenil de 15 a 24 anos, dos quais 80% vivem na área urbana (IBGE, 2000). Os jovens representam cerca de 20% da população brasileira. O aumento do desemprego, a informalidade e a concentração da ocupação nos baixos níveis de renda não atingem de maneira

uniforme os vários segmentos populacionais. Além das mulheres, dos negros e das pessoas com mais de 40 anos, os jovens foram particularmente afetados pela dinâmica do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, 17 milhões, isto é, mais da metade do total dos 33 milhões de jovens brasileiros entre 15 a 24 anos, não estudavam. A presença dos que não estudam mostra-se maior justamente no conjunto dos jovens ocupados: 10,6 milhões trabalham, mas não estudam. Por outro lado, 35,3% dos jovens inativos não estudam. Isso significava que 4,5 milhões de brasileiros de 15 a 24 anos não trabalham, não estudam, nem procuram emprego, o que é equivalente a 13,6% de todos os jovens no país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elaboração do Projeto Político Pedagógico Integrado do Programa, definindo claramente os princípios político-pedagógicos que norteiam o ProJovem, sua forma de implantação, suas diretrizes curriculares e metodológicas, visando a orientar a elaboração dos materiais, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, assim como seu desenho de currículo. Como resultado, em março de 2005 a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Programa como projeto experimental, com validade nacional, o que garante a emissão de certificação final de ensino fundamental e de curso de qualificação profissional em nível de formação inicial.
- Em junho de 2005, foi publicada a Resolução n°. 22/CD/FNDE que estabeleceu orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Tal resolução visa a contemplar ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais do ProJovem; à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos matriculados no programa; ao pagamento de educadores, de pessoal de apoio e de coordenadores locais do ProJovem; e, excepcionalmente, à locação de espaço físico e aquisição de material de consumo.
- Em junho de 2005 teve início o processo de inscrição de jovens nos Municípios de Recife, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Porto Velho, Boa Vista, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Foram inscritos 15.808 jovens nesta primeira fase de implantação. De setembro a outubro, houve uma segunda etapa de inscrições em todas as capitais. A partir de 26 de outubro foi feita a matrícula e, simultaneamente, as aulas começaram gradativamente desde o início de novembro. A partir de 24 de outubro, as inscrições foram reabertas para 21 capitais, sendo atendidas nessa terceira etapa: Rio Branco, Maceió, Fortaleza, Distrito Federal, Vitória, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Belém, João Pessoa, Teresina, Curitiba, Rio de Janeiro, Natal, Porto Velho, Boa Vista, Porto Alegre, Florianópolis, Aracaju, São Paulo e Palmas. Paralelamente, foram realizadas as matrículas e iniciadas as aulas em todas as capitais. Durante o período de maio a novembro, 219.700 jovens inscreveram-se em todo o país.
- Entregues aos jovens matriculados no programa, bem como aos educadores e aos coordenadores locais dos Municípios e do Distrito Federal, mais de 1.187.000 exemplares de material didático.

- Foram adquiridos e serão entregues até 2006 19.615 computadores, 19.615 estabilizadores, 2.154 impressoras a laser e 2.154 “switches”, visando à inclusão digital dos jovens matriculados.
- Parceria com a Fundação Roberto Marinho para o desenvolvimento de atividades de dinamização das Estações Juventude locais.
- Enquanto o aluno estiver matriculado no curso do Projovem, deve comparecer a pelo menos 75% das atividades presenciais do mês, incluindo a ação comunitária programada para o período e apresentar os trabalhos exigidos, recebe um auxílio financeiro mensal de R\$ 100 por um período máximo de doze meses ininterruptos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A liberação dos recursos apenas no final do exercício e a demora na aprovação de alterações orçamentárias no Congresso Nacional dificultaram o cumprimento da programação física. Contudo, a situação foi contornada e o programa foi implementado de maneira satisfatória.

Faz parte das responsabilidades dos Municípios parceiros arcar tanto com as despesas de insumo e consumo do Projovem no âmbito de sua localidade quanto com a infra-estrutura necessária, referente aos espaços físicos adequados ao desenvolvimento do curso (salas de aula, ambientes apropriados para a instalação dos laboratórios de informática e espaços para a Estação Juventude). Porém, algumas coordenações municipais ainda não disponibilizaram adequadamente esses recursos ou não possuem a infra-estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades. A Coordenação Nacional do Projovem já está em contato com as respectivas coordenações para auxiliar na solução das dificuldades surgidas.

Como o Projovem é um programa novo, com concepção e princípios pedagógicos inovadores, a qualificação dos recursos humanos das equipes executoras ainda é insuficiente. Mas, está inserida no Projeto Pedagógico do programa a capacitação dos profissionais em âmbito local. Para tanto foi firmada parceria entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) para a preparação dos formadores, a capacitação inicial e a formação continuada dos educadores das instituições locais.

Como os ajustes no cronograma podem ser feitos pelas prefeituras parceiras do Projovem, a matrícula e o posterior ingresso dos alunos sofreu alteração, por solicitação dos Municípios, o que ocasionou menor necessidade de recursos para pagamento de auxílio financeiro aos jovens. Esse fato gerou uma readequação do orçamento destinado à ação “Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Benefício aos Jovens do Programa Nacional de Juventude”.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Projovem caracteriza-se por ser uma iniciativa inédita do Governo Federal, tendo sua gestão compartilhada entre quatro Ministérios: Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordena, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A organização de sua gestão conta com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da

Presidência da República e integrado pelos Ministérios parceiros. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios. Além disso, o programa é executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras.

A concepção do ProJovem também é inovadora, pois proporciona formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional com certificação de formação inicial; e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar e cria uma organização curricular inovadora e flexível, aliando teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. Assim, a integração ocorre em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

O Conselho Nacional da Juventude é um órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais e representantes da sociedade civil. Tem como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

O monitoramento é realizado pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/Caed) e acompanhado pela Coordenação Nacional do ProJovem, de acordo com o ritmo de implementação de cada ação ou de cada etapa do programa, por meio de um sistema informatizado de registro e processamento de dados. Esse sistema integra e produz informações necessárias à gestão do programa em todos os níveis.

É realizada avaliação externa dos alunos, compreendendo o teste diagnóstico inicial e o exame nacional final, bem como a supervisão *in loco* do programa, para efeitos de controle de sua implementação e correção de disfunções e avaliação da implementação e efetividade do programa ao longo de sua execução, por meio de pesquisas específicas das dimensões educacionais, sociais, econômicas e culturais do programa e constituem seu objeto.

Por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) foram firmados convênios para execução de ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais do ProJovem; aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos matriculados no programa; pagamento de educadores, pessoal de apoio e coordenadores locais do ProJovem; e, excepcionalmente, locação de espaço físico, bem como, aquisição de material de consumo.

Por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi estabelecida cooperação técnica e financeira para a execução das atividades inerentes à qualificação social e profissional, visando a beneficiar os alunos matriculados no programa, nas aulas de Qualificação Social e Profissional - Arcos Ocupacionais, visando a contribuir para

o aumento da efetividade social das ações e sua integração às políticas públicas de educação, trabalho e desenvolvimento econômico e social.

Por fim, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ficou a gestão do pagamento e da manutenção do auxílio financeiro mensal que, para tanto, utiliza os recursos orçamentários destinados ao ProJovem. Para operacionalizar o pagamento e a manutenção do auxílio-financeiro, o MDS firmou, em setembro de 2005, um contrato com a Caixa Econômica Federal.

RECOMENDAÇÕES

- O indicador “Taxa de Desemprego das Pessoas de 18 a 24 anos de Idade” deve ser excluído porque não representa os resultados das ações do programa, dado que o ProJovem não tem como objetivo dar emprego a esses jovens e sim, oferecer qualificação profissional, elevação da escolaridade e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

NACIONAL DE REDUÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA DE DROGAS

OBJETIVO

Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas.

PÚBLICO-ALVO

Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 7.782.579,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.288.682,00 Pago estatais: - Total: R\$ 4.288.682,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. DESEMPENHO GLOBAL DO SUBSISTEMA NACIONAL DE REDUÇÃO DE DROGAS

Unidade de medida: Pontos

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

O índice do indicador não foi calculado, tendo em vista que o programa atua apenas em gestão. A alteração do tipo de programa, de finalístico para de gestão, foi efetivada na revisão da programação para 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A redução da demanda e da oferta de drogas lícitas e ilícitas constitui uma questão de Estado, impactando de maneira onerosa na sociedade, na medida em que envolve questões de segurança, saúde, trabalho, previdência social, bem-estar individual, familiar e, inclusive, alguns aspectos da soberania nacional. Esse tema é intra-setorial e perpassa diversas áreas governamentais e setores sociais, caracterizando-se pelo alto grau de interdependência. Por isso, o governo brasileiro precisa trabalhar a partir de políticas públicas integradas, que viabilizem a ação conjunta, envolvendo os setores públicos e a sociedade civil, levando-os a compartilhar a responsabilidade pela redução da demanda e da oferta de drogas, além de capacitá-los a lidar com diferentes problemas decorrentes do consumo e da dependência química.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Prosseguimento do II Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Consumo de Drogas lícitas e Ilícitas na População Brasileira. Este estudo está sendo feito nas 107 cidades com mais de 200 mil habitantes em todas as regiões do país.
- Continuação do projeto de elaboração de um instrumento destinado ao levantamento do uso de drogas psicotrópicas entre estudantes da rede pública e privada, a partir dos questionários tradicionalmente utilizados no Brasil, comparando-os com o questionário da Organização Mundial de Saúde (OMS), de modo a dotar o país de instrumento atualizado e internacionalmente comparável de coleta de dados sobre o uso de drogas e suas conseqüências.
- Regularização do Contencioso de Bens e Valores na Área de Combate às Drogas: no ano de 2005 foram analisados 9.908 processos-crime envolvendo tráfico ilícito de drogas e crimes conexos, com vistas à identificação de bens e valores passíveis de serem apropriados ao Fundo Nacional Antidrogas. Deste total, 1.626 processos foram autuados na Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) neste ano, sendo o restante, continuação de anos anteriores. Essas regularizações capitalizaram o Fundo Nacional Antidrogas (Funad em) R\$ 4.098.831,32, o que permitiu que fossem levadas a efeito todas as demais ações do programa.
- Início do projeto de Validação da “Adiction Severity Index” (ASI) - Escala de Gravidade da Dependência Química, com vistas a disponibilizar esse instrumento de diagnóstico para a rede de assistência e aos profissionais de saúde.
- Prosseguimento do curso “Formação em Terapia Comunitária” com ênfase nas questões relativas ao uso de álcool e outras drogas - Projeto Terapia Comunitária, que capacitará, até o final de 2006, 720 técnicos, profissionais e voluntários das áreas de saúde, social, educação, setor não governamental e lideranças comunitárias para atuarem como terapeutas comunitários nos seus grupos sociais de referência nas questões relacionadas ao uso indevido de álcool e outras drogas.
- Iniciada a execução do “Projeto Lua Nova” que pretende difundir em vários centros urbanos do país, uma metodologia para a implementação de programas de inserção social de jovens mães e seus filhos em situações de risco, principalmente quanto ao uso indevido de drogas. Este projeto tem por base os conceitos e princípios da Associação Lua Nova, que priorizam ações de inclusão de usuárias de drogas através de trabalho cooperativo e solidário, democraticamente organizado, que busca a emancipação da população-alvo e dos profissionais que atuam na área, compreendendo o mundo em que vivem e contribuindo para a construção de uma realidade socialmente mais justa.
- Impressão de 625 mil exemplares de cartilhas de orientação ao público sobre o uso indevido de drogas, sendo 75 mil exemplares de cada cartilha da série “Por Dentro do Assunto”, com informações atualizadas sobre o uso de álcool e outras drogas, destinadas a diversos segmentos da sociedade, tais como pais, adolescentes, jovens, educadores, lideranças comunitárias e 25.000 exemplares do Glossário de Termos Relacionados a Drogas.
- Início de operação de uma central de atendimento telefônico 0800 – “Viva Voz – Liga para a Gente. A gente liga para você”, que presta por meio de

telefone, aconselhamento reativo especializado para a prevenção primária e secundária quanto ao uso de substâncias psicoativas e indica recursos da comunidade para atendimento a usuários, dependentes e seus familiares, bem como informações sobre drogas, seus efeitos no organismo e orientações para a comunidade em geral.

- Realização da 1ª Conferência Pan Americana de Políticas Públicas sobre o Álcool em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que teve como objetivo principal apresentar e discutir nas esferas governamentais e na comunidade científica, em âmbito nacional e internacional, o impacto do uso do álcool.
- Foi realizada a “VIII Semana Nacional Antidrogas”, instituída por decreto em maio de 1999, como evento permanente e que propicia que as estruturas de gestão do Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), ou seja, os conselhos nacional, estaduais e municipais, aliados aos respectivos parceiros estratégicos, implementem uma programação que proporcione visibilidade ao assunto e contribua para as demais iniciativas.
- Foram iniciadas uma pesquisa e um mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil, com o objetivo de levantar dados quantitativos e qualitativos das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de drogas que desenvolvem ações de prevenção, tratamento, reinserção social, ensino e pesquisa, visando ao fortalecimento desta rede social.
- Capacitação de 1 mil agentes do SISNAD no Curso “Prevenção do Uso Indevido de Álcool e outras Drogas no Ambiente de Trabalho”, que tem como objetivo mobilizar os trabalhadores e possibilitar a abordagem do tema das drogas no ambiente de trabalho e desenvolver o interesse e a responsabilidade dos participantes do curso para a questão do uso indevido de álcool e outras drogas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Embora se considere o cumprimento das metas dentro do previsto, observam-se problemas quanto à execução orçamentária. A dotação orçamentária foi de R\$ 7.782.579,00, dos quais somente R\$ 4.288.682,00 foram autorizados para empenho. Apesar das limitações orçamentárias impostas, os recursos disponibilizados foram liberados em fluxo compatível com a programação. Todavia, o contingenciamento orçamentário obrigou à reformulação do Plano Gerencial e à busca de outras alternativas para o cumprimento das metas físicas. Como forma de compensar a referida limitação, a SENAD buscou parcerias técnicas e financeiras, o que garantiu o atingimento das metas físicas previstas para as ações de apoio a projetos de órgãos do SISNAD e de regularização do contencioso de bens do FUNAD. O não atingimento da meta prevista da ação de capacitação de agentes do SISNAD, por sua vez, justifica-se pelo fato de não ter sido possível compensar a limitação orçamentária com apoio de parceiros.

Há necessidade de pessoal para o acompanhamento de projetos que são executados em parcerias com outros órgãos, assim como para as atividades de coordenação a cargo da SENAD, tais como gerenciamento do Observatório Brasileiro sobre Drogas, do setor de acompanhamento processual de alienação e da promoção da descentralização das ações de prevenção, entre outras. A proposta de alocação de

recursos humanos já foi encaminhada ao Ministério do Planejamento. Na atividade de regularização de contencioso do FUNAD, o reduzido quadro de pessoal atuando na área não consegue acompanhar o aumento anual da demanda de atos judiciais. Foram cerca de 3 mil novos processos analisados em 2005. A Insuficiência de recursos humanos também dificultou a execução das ações em andamento e impediu a celebração de convênios e acordos que possibilitariam o prosseguimento integral do programa

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento da execução das ações foi realizado tendo como base o Plano Gerencial do Programa e, periodicamente, a Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) do Gabinete de Segurança Institucional reuniu-se para verificação e monitoramento do plano. Por outro lado, mensalmente, no âmbito de cada ação, os respectivos coordenadores efetuaram os registros de atualização de sua execução.

Diversos projetos foram efetuados mediante parcerias com órgão governamentais e não-governamentais. As parcerias com órgãos não-governamentais são firmadas mediante convênios. Em 2005, foram mantidos ou firmados convênios com as seguintes organizações:

- Centro de Estudos Paulista de Psiquiatria da Unidade de Pesquisa em Álcool (UNIAD), vinculado à Universidade Federal de São Paulo para a realização do I Levantamento de Padrões do Consumo de Álcool na População Brasileira.
- Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia (AFIP), vinculada à Universidade de São Paulo, para elaboração de Instrumento para Levantamento do Uso de Drogas entre Estudantes.
- Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia (AFIP), vinculada à Universidade de São Paulo, para a realização do “II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso Indevido de Drogas Psicotrópicas no Brasil”, envolvendo as 107 maiores cidades do país.
- Movimento Integrado de Saúde Mental, Comunitária (MISMEC), para formação de agentes em terapia comunitária com ênfase nas questões relativas ao uso de álcool e outras drogas, em parceria com a Universidade do Ceará.
- Associação de Amparo à Pesquisa em Farmacologia e Toxicologia – (AAPEFATO), vinculada à Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, para a implantação e operação da Central de Atendimento VIVA VOZ para Informações Sobre Drogas.
- Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão (FAPEX), vinculada à Universidade Federal da Bahia, para a Sistematização de Metodologia Consultório de Rua.
- Fundação Universidade de Brasília (FUBRA) para o mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: Mapeamento, Articulação e Avaliação - Brasil 2005-2007.
- Fundação Médica do Rio Grande do Sul, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a validação transcultural do “Addiction Severity Index” (ASI).
- Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina, vinculada à

Universidade de Santa Catarina, para a realização do “Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas no Ambiente de Trabalho (CIPAS)”.

- Associação de Formação e Reeducação Lua Nova, para a sistematização do Projeto Lua Nova, que visa a estender a outros centros urbanos no país uma metodologia para implementação de programas de inserção social de jovens mães e seus filhos em situação de risco, principalmente quanto ao uso de drogas, tomando-se por base os conceitos e princípios da Associação Lua Nova.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA

OBJETIVO

Garantir o conhecimento e o cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e assim fazer com que o respeito à ética ocorra em todo o funcionalismo público federal.

PÚBLICO-ALVO

Alta administração federal, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 700.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 396.483,00 Pago estatais: - Total: R\$ 396.483,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CONFIANÇA NA CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

O indicador "Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos" não pôde ser apurado, devido ao adiamento para 2006 da realização da pesquisa sobre valores éticos, que subsidiaria o cálculo dos índices de referência e anuais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa surgiu devido à baixa confiança da sociedade no caráter ético da conduta dos agentes públicos, em razão do baixo conhecimento e cumprimento do padrão ético, o que compromete a efetividade organizacional e enfraquece a democracia. São condicionantes do programa: a estrutura federativa republicana, em que as administrações públicas das diferentes esferas de poder e níveis de governo são independentes entre si; o apoio da sociedade; a adesão dos agentes públicos; a proteção aos envolvidos, sejam denunciadores, denunciados, membros de comissões de ética, comissões de sindicância e inquérito; o comprometimento das lideranças; o marco normativo que regula a atuação das entidades com responsabilidades em gestão da ética e a estrutura de administração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A obtenção dos resultados de 2005 foi dentro do esperado. Destaca-se a capacitação de 545 pessoas, superando a meta prevista de 508.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dentre as principais restrições identificadas, citam-se:

- Falta de aprovação de pesquisa sobre valores éticos que impediu a mensuração da “Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos” .
- Infra-estrutura insuficiente para a equipe necessária
- Quantidade insuficiente de recursos humanos na equipe gerencial e executora.
- Insuficiente qualificação de recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras..

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa possui mecanismos que promovam a participação social. No âmbito das ações relacionadas ao programa são desenvolvidas atividades conjuntas, como por exemplo, em eventos, com organizações não-governamentais, tais como a Transparência Brasil e o Instituto Ethos.

O trabalho da Comissão de Ética Pública e das Comissões de Ética setoriais constitui uma boa prática de gestão. Neste sentido, há um questionário de avaliação da gestão da ética, que é aplicado anualmente nos órgãos e entidades cujos dirigentes estejam vinculados ao Código de Conduta da Alta Administração federal. Em última instância, o que se busca são práticas de gestão que aumentem o nível de confiança da sociedade na conduta ética dos agentes públicos.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir entre o público-alvo do programa, os membros das Comissões de Ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
- Alterar o tipo da ação 7349 – “Modernização Organizacional da Comissão de Ética Pública” para “Atividade” e, portanto, modificar o título para “Disseminação do Código de Conduta Ética no Serviço Público Federal”; a finalidade para “Disseminar normas de conduta na Alta Administração Pública Federal, orientar sobre suas aplicações, monitorar seu cumprimento e apurar eventuais transgressões”; a descrição para “Implantação de infraestrutura na Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública, provendo-a dos meios necessários para tornar efetivo o cumprimento das normas de conduta voltadas à ética no Serviço Público Federal; aperfeiçoamento e consolidação do marco regulatório; capacitação de servidores; e o produto para “Agente público orientado”.
- Aperfeiçoamento da articulação com os Ministérios, dada a necessidade de que estes possam ter ações voltadas para a implementação da infraestrutura ética (gestão, orientação e controle).

- Disponibilização de infra-estrutura e recursos humanos adequados à equipe gerencial e às equipes executoras.
- Realização da pesquisa sobre valores éticos.
- Revisão do indicador do programa “Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos”, dado que sobre o mesmo influem diversas variáveis sobre as quais o programa não tem condições de atuar.
- O fato de o programa em 2005 ter se restringido a uma ação de capacitação de 545 pessoas revela a insuficiência de ações frente ao objetivo do mesmo, que é o de garantir o conhecimento e o cumprimento das normas de conduta ética dos agentes públicos. Nesta perspectiva, o efetivo combate ao problema “falta de confiança da sociedade no caráter ético da conduta do servidor” necessitaria de maiores esforços e da disponibilização dos meios adequados à consecução dos resultados pretendidos.

DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO

OBJETIVO

Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

PÚBLICO-ALVO

União.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.044.451.472,00	Empenho Liquidado: R\$ 852.806.183,00 Pago estatais: - Total: R\$ 852.806.183,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ANÁLISE DE PROCESSOS PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 100 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

O índice apurado em 2005 foi de 100%. Todos os processos tramitados em 2005 (571.347) receberam manifestações da AGU, não estando incluídos neste total os processos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (processos fiscais e tributários), que tramitam por sistemas do Ministério da Fazenda e os processos da Procuradoria-Geral Federal (PGF), que somente terão sua inclusão no Sistema de Controle das Ações da União (SICAU) no final de 2007. A apuração do indicador do programa constante do SIGPLAN somente pode ser concluída a partir do fechamento do Relatório de Movimento Processual da AGU, concluído em 15/05/2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa visa a proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extra judicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Impugnações e refazimento dos cálculos judiciais apresentados contra a União, o que tem contribuído para gerar sensível economia para os cofres

públicos; em 2005, dos R\$ 8,25 bilhões apresentados contra a União foram impugnados R\$ 3,79 bilhões, o que representa 45,97% do total executado. No que se refere à Dívida Ativa da União, a arrecadação de 2005 atingiu R\$ 2,62 bilhões.

- No que se refere à arrecadação judicial, merece destaque o desempenho do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGF, responsável pela cobrança judicial de contribuições previdenciárias, que arrecadou cerca de R\$ 4,9 bilhões, sendo R\$ 1,169 bilhão perante a Justiça do Trabalho, R\$ 2,536 bilhões referentes a execuções fiscais e R\$ 1,197 bilhão em depósitos judiciais. Este valor foi 34% superior ao resultado obtido em 2004, superando a meta de incremento de 24% prevista para o período. Destaque-se ainda que apenas a título de honorários advocatícios foram recebidos R\$ 67,3 milhões.
- Prestação de informações em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e em mandados de segurança impetrados em face de decretos expropriatórios do Presidente da República, afastando os óbices jurídicos à ação governamental.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

De modo geral, as principais ações do programa obtiveram níveis razoáveis de execução física e financeira. Na ação 2672 – “Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo”, a execução financeira foi de 68%, sendo a execução física muito superior à meta prevista em função de erro material na definição da mesma. A ação 2673 – “Correções nos Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União” teve execução física de 114% superior à meta e financeira de praticamente 100%; a ação 2674 – “Representação Judicial e Extrajudicial da União” teve execução física de 151% e financeira de 93%; e a ação 6159 – “Representação Judicial e Extrajudicial das Autarquias e Fundações”, de 77% (física) e 56% (financeira). Em todos os casos foram observados níveis razoáveis de execução com leve subestimação dos custos unitários.

Um dos fatores que impactaram negativamente o desempenho do programa foi o fluxo de recursos. Ao final do exercício, aproximadamente 10% da dotação autorizada em lei permaneciam contingenciados, o que impossibilitou uma execução ainda maior das metas físicas, haja vista a existência de capacidade de execução por parte da AGU (dos recursos liberados, quase a totalidade – 99,8% - foram executados). A infra-estrutura inadequada para as equipes executoras é uma restrição ao desempenho do programa, uma vez que a instituição encontra-se em expansão em virtude do intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário com reflexos na advocacia pública.

Por fim, uma última restrição refere-se à relativa inadequação dos recursos humanos disponíveis. Na área de apoio técnico-administrativo, a AGU ainda não dispõe de uma carreira para os servidores que nela atuam. No caso dos analistas de nível superior, há a necessidade de reestruturação da remuneração, de forma a se assegurar a competitividade dos vencimentos. Hoje, outros setores do serviço público exercem atração sobre funcionários experientes, que prestam outros concursos e deixam a instituição, desestruturando assim setores inteiros e impedindo que as funções institucionais da AGU possam ser desenvolvidas a contento. Tendo-se em

vista esses problemas, foi proposto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) plano de carreira específico para os servidores da AGU, ainda não aprovado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- O intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário, com reflexos na advocacia pública, torna necessária a inclusão de ações com a finalidade de instalar novas unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

OBJETIVO

Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988 e intensificar o combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 13.845.887,00	Empenho Liquidado: R\$ 6.572.705,00 Pago estatais: - Total: R\$ 6.572.705,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES CORRETIVAS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 100 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

São inúmeras as ações corretivas propiciadas pela atuação do controle interno. Em 2005 a CGU não pôde medir o indicador. Há uma dificuldade para a definição do que vem a ser ação corretiva implantada. Esse foi um dos motivos pelos quais o índice não foi apurado em 2005. São inúmeras as ações corretivas propiciadas pela atuação do controle interno, tais como a determinação de saneamento de irregularidades em práticas de Municípios. Mas a determinação da CGU não necessariamente resultará na solução do problema. Também não existe um mecanismo de medição e acompanhamento do desempenho dessas ações corretivas definidas pela CGU.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 74 estabelece que:

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 74 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para o cumprimento desses dispositivos constitucionais, bem como do objetivo central e permanente do Governo Federal de combater a corrupção e o desperdício de recursos públicos, faz-se necessário o desenvolvimento de ações de controle na gestão de administradores de recursos públicos federais, que subsidiarão, também, a Prestação de Contas Anual do Presidente da República junto ao Congresso Nacional, na forma do Balanço Geral da União (BGU), visando a cumprir, também, o disposto no art. 84, XXIV, da CF/88.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados em 2005 e a cobertura do público-alvo foram considerados dentro do esperado, tendo em vista:

- A ação 6430 - “Gestão dos Administradores Públicos Federais” executou 1.232 avaliações de gestão – execução de 100,74% da meta prevista para o ano de 2005. Constitui-se em uma verdadeira síntese crítica da totalidade das ações desenvolvidas pelos gestores, por meio das auditorias de avaliação da gestão dos agentes públicos, buscando comprovar a legalidade e avaliar os resultados obtidos pelos gestores federais quanto à eficácia e eficiência da gestão das áreas operacional, orçamentária, financeira, patrimonial, de suprimento de bens e serviços, bem como os controles internos dos órgãos e entidades da administração federal. Trata, ainda, do exame da consistência das folhas de pagamento, dos processos de aposentadorias e pensões, assim como dos registros de admissão e desligamento de servidores públicos federais.
- A ação 4996 – “Fiscalização de Recursos Federais em Áreas Municipais” promoveu 5 sorteios de Municípios (do 15º ao 19º Sorteio), oportunidades em que foram sorteadas e fiscalizadas 300 unidades Municipais, envolvendo o exame de programas e ações de governo (programações/módulos-tipo) totalizando cerca de R\$ 1,5 bilhões em recursos públicos federais. Essas fiscalizações envolveram uma população total de 6,9 milhões de habitantes, o que representa algo em torno de 3,8% da população do país.
- Em relação à ação 4995 – “Controle da Execução dos Programas do PPA”, foram fiscalizadas 341 ações do Orçamento Geral da União (OGU) e 13

políticas públicas previstas no PPA, mas não constantes do OGU. Os dados coletados no Sorteio de Municípios trazem subsídios para que as coordenações-gerais possam manifestar-se sobre a execução dos programas de governo. Executaram-se 295% das metas estabelecidas.

- No âmbito da avaliação dos projetos de financiamento e de cooperação técnica com organismos internacionais (ação 4994), todos os projetos constantes da carteira foram auditados e os relatórios foram encaminhados aos organismos internacionais. A ação atingiu 64,67% de execução física, porque a carteira de projetos de recursos externos foi fechada após a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), quando ainda não se tinha o número preciso de projetos a serem auditados.
- A Secretaria Federal de Controle (SFC) recebe, ainda, outras demandas externas que, no exercício de 2005, geraram a conclusão de 787 processos. Verifica-se que as ações de controle para demandas externas direcionaram-se, principalmente, para atender ao Ministério Público da União (MPU) e à sociedade.
- Foram realizadas, em conjunto com o Departamento da Polícia Federal (DPF/MJ) e o Ministério Público, tanto Federal como Estadual, operações tais como: Correios, Guabiru, Pororoca, Confraria, Campus Limpo e Dourados/MS.
- No desempenho da apuração de fatos e indicação de normas e regulamentos infringidos, a Secretaria Federal de Controle Interno - SFC auditou, no exercício de 2005, 1.938 processos de Tomadas de Contas Especiais, sendo 1.632 certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 448,5 milhões, enquanto os restantes 306 processos foram diligenciados aos órgãos instauradores para revisão dos procedimentos adotados e ou complementação de dados e informações. Nesse mesmo período foram concluídas 250 diligências originárias do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, das Procuradorias Estaduais e da Polícia Federal.
- As auditorias nas áreas de pessoal e de benefícios e análise dos processos de pessoal totalizaram auditorias nas folhas de pagamentos de 32 unidades, estando 20 concluídas e 12 com os trabalhos em andamento. Foram analisados 14.794 atos de pessoal.
- De acordo com o projeto de redução de estoques de processos de pessoal, em andamento desde 2003, por meio de auditorias de análise de processos na modalidade de redução de estoque interno, e na modalidade *in loco*, houve redução total dos estoques internos existentes, tendo sido analisados pelas unidades descentralizadas da CGU o quantitativo de 35.504 atos de aposentadorias, pensões, admissões e desligamentos de pessoal. Além dessas, a SFC é responsável pela análise do Relatório de Gestão Fiscal e pela elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A concepção do programa é a fonte de algumas restrições ocorridas ao longo de 2005. Exemplos disso são os casos das metas das ações 4996 e 4994. No caso da ação 4996 – “Fiscalização de Municípios”, a baixa execução (16%) deveu-se ao superdimensionamento da meta física. Para a definição desta meta, partiu-se da expectativa de um grande reforço na capacidade operacional, no tocante à realização

de novos concursos públicos, à ampliação da estrutura de cargos da CGU e ao crescimento das dotações orçamentárias. A falta de atendimento a essa expectativa foi parcialmente alcançada, não sendo possível o alcance da meta. Para o exercício de 2006, no Projeto de Lei Orçamentária, a meta já foi ajustada, passando para 420 áreas municipais fiscalizadas. No que tange à avaliação da gestão de projetos de financiamento e de cooperação técnica com Organismos Internacionais (ação 4994) atingiu-se 64,6% de execução física. Como a carteira de projetos de recursos externos foi fechada após a elaboração da LOA, ainda não havia o número preciso de projetos a serem auditados. No entanto, todos os projetos constantes da carteira foram auditados e os relatórios encaminhados aos organismos internacionais.

Apesar do problema de apuração do indicador, a cobertura do público-alvo (governo) em 2005 foi considerada dentro do esperado. Não houve outro tipo de avaliação do programa e o nível de satisfação do usuário também não foi apurado.

Há que se salientar que o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006 não previu a ação 4994 – “Avaliação da Gestão de Projetos de Financiamentos e de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais”, tendo essa sido excluída no processo de Revisão do PPA em 2005. Entende-se que essa ação está diretamente relacionada ao objetivo do programa, possuindo uma importância relevante para o Controle Interno já que possui metas e clientes específicos. Se fosse seguida a lógica de extinção de ações para incluí-las na ação de avaliação de gestão, ter-se-ia que fazer o mesmo para as demais ações e isso não seria o mais adequado, principalmente por questão de visibilidade das atividades do órgão.

Quanto às mudanças promovidas pelo Congresso Nacional em relação ao Projeto de Lei original, houve a inclusão do localizador 0002 na ação 6430 em função da Emenda Parlamentar para a transferência de recursos para a ONG “Transparência Brasil”.

A CGU carece de melhores instalações para suas equipes executoras. A infraestrutura é inadequada no que diz respeito:

- Ao espaço físico da sede da CGU em Brasília, que não comportará a chegada de novos servidores prevista para abril de 2006.
- À manutenção e as inovações tecnológicas dos sistemas utilizados pelo controle interno na execução de suas atividade.

Em relação aos recursos humanos, ainda há carência de servidores. A lotação ideal de servidores da CGU, prevista no decreto nº. 4.321/2002 é de 5 mil servidores, sendo 3 mil auditores e 2 mil técnicos. Também há necessidade de investimentos em treinamento para a equipe gerencial, principalmente em decorrência das mudanças que vêm sendo implementadas no Controle Interno a partir da criação da Controladoria-Geral da União. O nível técnico dos servidores é bom, sendo que em 2005 foram realizados cursos de capacitação em algumas áreas (pessoal, técnicas de auditoria, etc), mas há necessidade de continuar esse processo para que os servidores possam atuar de forma mais efetiva.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento, bem como o registro do desempenho físico das ações do programa é realizado no sistema ATIVA. Faz-se sistematicamente o monitoramento trimestral e do cumprimento de prazos legais relacionados às ações do programa.

Em relação à promoção da participação social, além da Ouvidoria-Geral, a CGU implementou em 2005 uma importante inovação com a criação da figura do grupo precursor, com a responsabilidade de, antes de a equipe ir a campo, visitar o Município sorteado buscando mapear questões relevantes àquela comunidade que possam subsidiar o planejamento dos trabalhos. Sua atuação consiste em reuniões com grupos de interesse, tais como os Conselhos Municipais. A Ação Fiscalização de Recursos Públicos em Áreas Municipais incentiva a participação social, aproximando a sociedade da CGU, devido à divulgação e à presença dos auditores no Município.

Outras práticas de gestão que podem ser citadas como relevantes são o canal aberto para denúncias via Internet e a implementação de projetos de capacitação de servidores municipais e de controle social, com a distribuição de cartilhas a cidadãos e gestores municipais de recursos públicos. As denúncias e a participação social contribuem para o cumprimento das metas previstas no PPA e intensificam o combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos.

RECOMENDAÇÕES

- Com base nas informações sobre a dificuldade de apuração do índice “taxa de ações corretivas”, recomenda-se a adoção de um indicador compatível com as especificidades da CGU.
- Prestação de informações para o monitoramento do programa de acordo com os prazos estabelecidos na Portaria MP nº. 198/2005.

CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

OBJETIVO

Combater a impunidade dos administradores de recursos públicos federais e prestar contas à opinião pública acerca dessas atividades, conferindo-lhes ampla transparência.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 5.825.291,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.983.965,00 Pago estatais: - Total: R\$ 4.983.965,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

CONTEXTUALIZAÇÃO

É atribuição institucional da Controladoria Geral da União (CGU) providenciar para que a investigação, apuração e repressão de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, ocorram de maneira célere e cabal, bem como propor as medidas legislativas e administrativas necessárias para que as irregularidades constatadas não se repitam. Por outro lado, a CGU tem por finalidade precípua o fortalecimento da transparência como um instrumento a ser permanentemente utilizado pelo Poder Público para prestar contas de suas ações ao cidadão, estabelecendo com este uma parceria com vistas à fiscalização dos desvios de conduta na administração pública. Essa preocupação com a transparência, o controle dos recursos públicos e o combate à corrupção e à impunidade encontra-se no núcleo essencial da proposta política do governo. Assim, pretende-se enfrentar o problema sob uma nova perspectiva, trazendo a população, a sociedade brasileira e o cidadão para a posição de parceiros ativos e indispensáveis no combate à impunidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados obtidos em 2005 revelaram-se superiores aos esperados, tendo em vista a otimização no cumprimento das funções e atribuições institucionais da CGU. A concentração e especificidade de matérias objetivaram a agilização nas apurações de irregularidades e malversações dos recursos públicos federais, além de permitir

a uniformização e integração das ações de fiscalização e auditoria do controle interno com as ações de correição desenvolvidas. Abaixo se encontram alguns dos resultados mais significativos:

Estima-se que foi recomendada, pela área de correição, a instauração de 115 processos administrativos e sindicâncias em ministérios e órgãos federais, ao passo que por volta de 35 procedimentos daquela natureza estiveram – uma vez instaurados naquele mesmo período – sob o devido acompanhamento das Corregedorias.

Quanto às denúncias, registra-se que, em 2005, deram entrada na Controladoria mais de 40 mil documentos relativos a temas diversos. Após exame da sua admissibilidade, no qual se verifica a consistência das denúncias e a competência do órgão para apurá-las, cerca de 4 mil foram autuadas.

No específico âmbito das corregedorias, foram computadas, no exercício de 2005, 315 denúncias, 9 representações e 86 apurações de ofício, registrando-se, assim, um total de 410 documentos, encaminhados para registro com classificação no procedimento ordinário.

Em razão do número de denúncias então encaminhadas às corregedorias, manteve-se critério de prioridade na análise em relação àquelas que envolvem, por exemplo, maior volume de recursos ou autoridades ocupantes de cargos de escalões mais elevados. As demais denúncias ficam submetidas a um procedimento simplificado, que resulta no seu encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno, para que sejam cobradas providências dos Ministérios onde supostamente teriam ocorrido as irregularidades.

Com efeito, o curso natural da denúncia autuada é o seu encaminhamento ao contro-le interno, com vistas à realização de ações de fiscalização e auditoria. Em alguns casos, entretanto, quando os elementos constantes da denúncia permitem, são reali-zadas diligências diretamente nos órgãos onde se teriam verificado as irregularidades apontadas.

Com base nas informações do controle interno e de diversos órgãos da Administração Pública e por meio da agregação dos dados de inteligência, forma-se, por meio da emissão de uma nota técnica, um juízo de valor que, no limite, pode redundar na requisição de instauração de procedimentos disciplinares, de tomadas de contas especiais e do encaminhamento dos fatos apurados ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal nas hipóteses em que restarem configurados indícios da prática de ilícitos penais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Embora o objetivo do programa inclua o combate à impunidade e a busca de transparência nas ações do governo, ele deixa de focalizar uma parte relevante do combate à corrupção, que é a adoção de medidas preventivas, o que passa a ser contemplado em outro programa da CGU, a partir da criação da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI).

O público-alvo da CGU, no que se refere a ações correcionais, é o agente público federal. A Controladoria não pretende alcançar diretamente todo o universo de

servidores públicos federais e nem dispõe de recursos humanos e logísticos para tanto. Na verdade, o foco da CGU está nos agentes que cometem irregularidades no exercício das suas funções, em atividades ligadas à corrupção. Nesse sentido, a CGU tem buscado expandir sua atuação direta nas áreas de governo. Para tanto, criou o Sistema de Corregedorias, instituído através do Decreto Presidencial nº. 5.480/2005, que compreende as atividades de correição do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais. Com a implantação deste sistema, os Ministérios, bem como os órgãos de maior vulnerabilidade ou relevância, passam a dispor de Corregedorias próprias, em devida articulação com a CGU, seu órgão central.

Com relação à execução física, destaca-se que, quando da elaboração da proposta orçamentária, ocorre certa dificuldade em se determinar o custo unitário homogêneo por produto para os valores definidos como metas físicas e nem sempre a despesa por produto é condizente com o valor inicialmente para ele previsto, ocasionando, muitas vezes, uma subestimação do custo unitário, daí o fato de terem sido executados 327,10 % da meta do produto “denúncias apuradas”. Assim, as metas físicas das ações são atributos que podem ser aprimorados. O dado acerca do produto também poderia detalhar mais o resultado das apurações.

Por previsão legal, somente servidores estáveis podem constituir Comissões de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e Sindicâncias. Assim, foi elaborado, pela área de Correição, o programa “Qualificação em PADs”, que tem como objetivo geral a capacitação de servidores públicos federais no sentido de oferecer-lhes conhecimentos específicos e práticos necessários à habilitação para participar de Comissões de Sindicâncias e PADs. Com isto, pretende-se melhorar a situação ainda precária dos recursos humanos disponíveis para tal encargo. Neste sentido, entre os anos de 2004 e 2005, 45 novos analistas vieram integrar os quadros da CGU por meio de aprovação em concurso público, muito embora alguns deles já tenham deixado a carreira. Continua significativa a carência de pessoal no âmbito da CGU e, no particular, na área de Correição, a despeito da realização de concursos públicos promovidos recentemente pelo órgão, que trouxeram para os seus quadros novos analistas, justamente para amenizar o quadro ainda deficitário. No ano de 2005, as áreas-meio, que antes se encontravam muito dependentes da Presidência da República, tais como as de informática, orçamento e logística, já puderam dispor de melhores condições de atuação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As unidades administrativas disponibilizaram de forma satisfatória as informações que refletem a integração entre a gerência e a coordenação. A CGU dispõe de uma Área de Acompanhamento de Resultados, cujo monitoramento e desenvolvimento de ações foram aprimorados no curso de 2005, com reflexos quanto à obtenção dos objetivos buscados. No que respeita à Correição, o aperfeiçoamento da informatização dos sistemas contribuiu, de forma mais eficiente, para o melhor alcance da avaliação de resultados. As informações disponíveis são consolidadas mensalmente. O grande desafio reside na construção de indicadores adequados.

Antes da implementação da nova estrutura da Controladoria, o trabalho de correição propriamente dito esteve afeto à competência de três Corregedorias distintas

e de atuação integrada, até que foram englobadas sob um único comando, o da Corregedoria-Geral. O grande volume de denúncias encaminhadas à CGU criava óbices a uma atuação que não se restringisse ao caráter correcional. A partir da reformulação, abriu-se novo flanco em prol da concentração de esforços com vistas à prevenção da corrupção, através da criação da SPCI, primeira em nível de Secretaria Nacional na história do Governo Federal. Também com a implementação, em 2005, do Sistema de Corregedorias, integrado por unidades setoriais e seccionais, deu-se a definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos atinentes às atividades de correição, sob a coordenação da CGU como seu órgão central.

A Controladoria vem intensificando a realização de parcerias com a Organização Não-Governamental Transparência Brasil, associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada à promoção da defesa do interesse público por meio do combate à corrupção. Dentre elas, destaca-se a realização, em junho de 2005, do “IV Fórum Global de Combate à Corrupção”, sediado em Brasília, que ainda contou com a parceria do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC). O evento reuniu cerca de 1.800 pessoas, entre elas representantes de 103 países, organismos internacionais e outras organizações não-governamentais e propiciou excelente oportunidade de intercâmbio de experiências e estímulo à cooperação internacional.

As políticas de combate à impunidade e à corrupção são discutidas no âmbito do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, que possui representação paritária de membros da sociedade civil e do Governo. Na condição de órgão consultivo vinculado à CGU, o Conselho vem buscando, ao longo do tempo, aprimorar a sua meta, que diz respeito ao oferecimento de sugestões e ao estímulo ao debate das medidas de aperfeiçoamento de métodos e sistemas de controle e incremento da transparência.

Por meio do gradual aperfeiçoamento do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, criado em dezembro de 2003, tornou-se possível o estabelecimento de um canal legítimo de comunicação direta entre o governo e a sociedade civil, visando ao aperfeiçoamento e à democratização dos mecanismos de transparência da gestão pública, do controle da corrupção e do combate à impunidade.

As pesquisas de percepção da população quanto ao combate à corrupção e à impunidade, além de muito dispendiosas, podem revelar dados enganosos. Por exemplo, uma política tenaz de combate à corrupção, em razão da repercussão de suas ações, pode transmitir à população uma falsa sensação de aumento do volume da corrupção. Esse é um problema que se apresenta em todo o mundo. Pesquisas de corrupção devem agregar não só dados de percepção (satisfação), como dados qualitativos. A CGU tem buscado apoio, inclusive através de parceria firmada com o (UNODC), para o desenvolvimento de metodologias de avaliação mais percucientes.

Através da Ouvidoria-Geral da União, integrante da estrutura da CGU, são recebidas manifestações da população quanto à prestação de serviços públicos, aí incluído o combate à impunidade. Foi crescente, em 2005, a visibilidade adquirida

pela Ouvidoria, de forma a melhor poder auscultar os anseios e reivindicações que advêm do seio da sociedade. Entre outras práticas adotadas pela gestão pode ser citado o Portal da Transparência.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.